

## NORMA LINGÜÍSTICA E REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

Geisa Borges da Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** As discussões sobre norma lingüística têm avançado bastante no interior dos estudos da linguagem. Isto porque o entendimento deste termo é fundamental para que se possa compreender alguns fenômenos lingüísticos que se processam em determinadas comunidades de fala. Ora, entendendo-se norma como os padrões habituais e coletivos da língua utilizada por um grupo social, fica evidente também que não existe apenas uma norma, mas várias normas lingüísticas que caracterizam a diversidade de grupos que existe na sociedade brasileira. A concepção de erro lingüístico fica profundamente abalada, pois cada grupo de falantes pode possuir uma norma que não é igual à de outro grupo, mas é corrente na sua comunidade de fala. Assim, muitos fenômenos lingüísticos variáveis seja no nível fonético-fonológico, morfossintático ou lexical que, muitas vezes, são estigmatizados pela sociedade não podem ser considerados como erros da língua, já que o seu uso se identifica com o que é norma e habitual em determinados grupos de falantes. Este trabalho pretende passar em revista alguns conceitos para o termo norma lingüística, buscando também um entendimento, através da sócio-história, da formação da variedade popular do português do Brasil.

**Palavras-chave:** Norma lingüística. Erro lingüístico. Português popular.

**ABSTRACT:** *The quarrels on linguistic norm have sufficiently advanced in the interior of the studies of the language. This because the agreement of this term is basic so that if it can understand some linguistic phenomena that if they process in definitive communities of speaks. However, understanding norm as the habitual and collective standards of the language used for a social group, it is evident also that only one norm does not exist, but some linguistic norms that characterize the diversity of groups that exists in the Brazilian society. the conception of linguistic error is deeply shaken, therefore each group of falantes can possess a norm that is not equal to the one of another group, but is current in its community of speaks. Thus, many changeable linguisticos phenomena are in the phonetic-fonológico, morfossintático level or lexical that, many times, is estigmatizados by the society cannot be considered as errors of the language, since its use if identifies with what it is habitual norm and in determined groups of falantes. This work intends to pass in magazine some concepts for the term linguistic norm, also searching an agreement, through partner-history, of the formation of the popular variety of the Portuguese of Brazil.*

**Keyword:** *Linguistic norm. Linguistic error. Popular Portuguese.*

---

<sup>1</sup> Mestranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## **1 Introdução**

Este artigo pretende fazer algumas observações baseadas no que dizem alguns autores acerca da idéia de norma, distinção esta que será importante para o entendimento do estudo em questão, já que, conforme Lucchesi (2004), o conceito de norma tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria linguística voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento linguístico.

O significado do termo norma tem mobilizado e sustentado o trabalho de muitos estudiosos da área de linguística. Estes pesquisadores vem, constantemente, discutindo e desfazendo alguns equívocos que sempre existiram em torno deste termo, já que existem vários tipos de norma, cada uma delas com características próprias e se os conceitos nem sempre são consensuais entre os autores, imagine para os que estão começando a se aventurar nos estudos da linguagem e, principalmente, para aquelas pessoas que não são envolvidas com esta área de conhecimento, mas que utilizam constantemente este termo em seu discurso.

Dessa forma, é muito comum jornalistas, escritores, estudantes de Letras e professores de português, principalmente aqueles que, quando muito lêem o livro didático, confundirem norma linguística com norma gramatical, acreditando que a língua deva ser regulamentada pelos critérios normativos da gramática tradicional.

Entretanto, se não existe consenso entre os linguistas em torno dos conceitos de norma, ao menos todos são unânimes em dizer que a norma prescritiva é mais uma dentre tantas outras e que não existe concretamente na realidade heterogênea da língua, só na idealização dos gramáticos normativos, que tentam inculcar na cabeça das pessoas que a norma explicitada na gramática é a única forma boa e correta para escrever e falar o português.

Não raro encontram-se nas gramáticas, e mesmo na literatura especializada, textos em que os conceitos de norma padrão, norma culta, padrão culto, norma escrita são usados indistintamente, como se fossem sinônimos e esse equívoco contribui para que se fortaleçam vários preconceitos relativos a algumas variedades da língua.

Portanto, pretendemos, à luz dos grandes linguistas brasileiros que trabalham com a questão da norma linguística, explicitar alguns conceitos acerca deste termo e discutir a importância deste entendimento para o ensino do português nas séries iniciais.

## 2 Os conceitos de norma e a realidade linguística

Castilho (2002) denomina um conceito amplo e um conceito estrito de norma. Esse conceito mais estrito é que seria de maior interesse para o ensino por entender-se como os usos e as atitudes de uma classe social de prestígio distinguindo-se como norma objetiva, norma subjetiva e norma prescritiva, esta última encarada e difundida pela escola como sendo a representação única e exata da língua.

O autor denomina norma objetiva, explícita ou padrão real como a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, a qual se define também como a classe que tem os maiores níveis de escolaridade, identificando-se como a classe culta. A variedade da língua utilizada pelas pessoas deste nível social, linguisticamente, não é superior aos outros dialetos, porém é o que tem maior prestígio, pois corresponde à importância que se dá à classe social do falante.

A norma subjetiva, implícita ou padrão ideal, segundo Castilho, é a atitude que o falante assume para com a norma objetiva, ou seja, corresponde ao dialeto que as pessoas esperam que os outros falem em determinadas situações de interação e a norma prescritiva é assumida pelo autor como a combinação entre o que ele chamou de norma objetiva e norma subjetiva, isto é, são os usos linguísticos da classe social de prestígio, identificados como o ideal de perfeição da linguagem.

Faraco (2002) caracteriza norma linguística como o uso rotineiro da língua nos diversos grupos sociais, portanto cada grupo social tem sua norma da língua, o que permite dizer que não existe apenas uma norma linguística, mas variadas normas que caracterizam a diversidade de grupos que fazem parte da sociedade brasileira. Assim, pode-se falar na norma linguística das comunidades rurais, na norma da língua dos grupos de jovens urbanos, na norma da população que vive nas periferias urbanas, na norma informal da classe média urbana, só para citar alguns exemplos dados pelo autor.

Desse modo, fica claro que não se pode falar ou querer que as pessoas utilizem apenas uma única norma linguística, já que estas refletem os usos da língua de grupos que se unem

em torno de diversos valores: sociais, culturais, religiosos e que é responsável também pela identificação que existe entre os indivíduos que compõem esse grupo, o que, porém, não impede que as pessoas desse grupo entrem em contato e sofram influências das normas utilizadas em outras instâncias da sociedade.

Em sua exposição acerca dos conceitos de norma, Faraco ainda chama atenção para os constantes equívocos do adjetivo culta que qualifica os usos linguísticos da população que tem um estreito contato com a língua escrita e, portanto, utiliza uma norma que mais se aproxima do padrão idealizado pela gramática. Para ele, o termo culta pode sugerir que esta norma se opõe às normas incultas, que seriam faladas por pessoas desprovidas de cultura, entretanto todos os grupos sociais possuem uma cultura que deve ser valorizada, assim como seus usos linguísticos.

Assim, o autor esclarece que o termo culta refere-se à cultura escrita, sendo, portanto, a norma culta aquela utilizada por falantes que possuem um certo grau de escolarização em situações que envolvem um certo nível de formalidade. Segundo ele, essa denominação foi criada pelos próprios falantes dessa norma, o que já deixa implícito o julgamento preconceituoso que eles fazem da imensa maioria dos indivíduos que não utilizam esta variedade dialetal.

É importante ressaltar que a norma culta é mais uma variedade da língua e, como tal, é também bastante heterogênea e está longe de cumprir os ideais linguísticos de correção gramatical, além de também ser fortemente influenciada pelas normas populares.

Dessa forma, todas as normas linguísticas faladas por qualquer comunidade ou agrupamento humano, independentemente do seu nível social ou cultural, vão sofrer variações no uso, porém a cultura escrita tenta frear essa variabilidade estabelecendo uma padronização da língua na tentativa de uniformizá-la e neutralizar a variação, constituindo assim a chamada norma-padrão.

Segundo Faraco, o padrão não conseguirá jamais suplantar a diversidade, porque isso só seria possível se a sociedade e a cultura se tornassem homogêneas, mas terá sempre um efeito unificador sobre as outras normas, tornando-se uma referência que neutraliza as marcas regionais dos falantes.

Lucchesi (2002) afirma que a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea, mas é também polarizada, definindo-se dentro desse diassistema heterogêneo do português,

dois outros sistemas também heterogêneos e variáveis que são a norma culta e a norma vernácula ou popular.

O autor explicita que essa heterogeneidade e polarização do comportamento linguístico que caracterizam a realidade linguística brasileira possuem uma íntima relação com o contexto sócio-histórico na qual a língua portuguesa falada no Brasil se formou e também diz respeito às motivações ideológicas que subjazem a manutenção de um padrão linguístico ideal que busca se superpor à diversidade do real.

Lucchesi faz uma revisão do conceito de norma linguística desde a sua formulação original no interior da corrente estruturalista e busca adequá-la aos princípios teóricos da sociolinguística objetivando reunir elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil.

Lucchesi define duas derivações expressas pela língua para o substantivo norma, entendendo-a como aquilo que é normal no seio de uma comunidade linguística, ou seja, os hábitos de linguagem que são comuns no grupo e o adjetivo normativo, que seria as imposições ou ideais linguísticos dentro de uma comunidade.

Tomando como paradigma a realidade linguística do Brasil, o autor enfatiza a distinção entre norma-padrão e norma culta; aquela refere-se às formas linguísticas prescritas pelas gramáticas normativas e esta seria as formas linguísticas efetivamente utilizadas pelos falantes dos segmentos escolarizados, ou seja, falantes com curso superior completo.

Tal distinção torna-se muito relevante porque ainda existem pessoas que confundem norma-padrão com norma culta, entretanto mesmo as realizações linguísticas dos falantes com alto nível de escolarização não refletem, na maioria dos casos, as formas prescritas pela gramática normativa. Assim, Lucchesi chama atenção para a complexa relação entre atitude normativa e comportamento normal, aquela como uma reprodução dos sistemas de valores que presidem os julgamentos relativos às atitudes linguísticas dos falantes e esta como os padrões de comportamento efetivamente realizados pela comunidade de fala.

Entretanto, afirma Lucchesi que essa distinção tão útil à investigação linguística, não é tão nítida assim, já que ocorre uma complexa interação entre os sistemas de valores adotados por um grupo e os padrões linguísticos observados no seu comportamento, ocorrendo uma inter-relação entre o que é habitual ou normal e o que é imposto ou normativo.

Uma nova proposta para o conceito de norma foi introduzida pelo linguista romeno Eugênio Coseriu, que entendia a norma como parte intermediária entre a *langue* e a *parole*, apresentando uma ruptura que representava uma crítica à bipartição saussureana. Para Coseriu

(1979, p. 49), nas estruturas que compõem a língua é importante distinguir entre o que é simplesmente normal ou comum (norma) e o que é oposicional ou funcional (sistema). Nesse sentido, se por um lado a norma é mais ampla que o sistema por conter um número maior de traços, num outro sentido seria mais restrita, pois representa uma seleção dentro das possibilidades de realização admitidas pelo sistema, sendo que essa seleção apresenta variações externas (sociais ou regionais) e internas (combinatórias e distributivas).

Assim sendo, a norma de uma língua representaria seu equilíbrio externo entre as várias realizações permitidas pelo sistema e seu equilíbrio interno entre as variantes combinatórias e distribucionais. Para este autor, uma língua funcional é um sistema de oposições funcionais e realizações normais, ou seja, sistema e norma. Assim, o sistema seria as possibilidades que indicam os caminhos abertos e fechados de um falar compreensível na comunidade, enquanto a norma seria um sistema de realizações obrigatórias consagradas social e culturalmente, correspondendo não ao que se pode dizer, mas ao que já se diz em determinada comunidade de fala. Visto desse modo, o sistema corresponderia às formas ideais de realização de uma língua, enquanto a norma seria os modelos realizados.

Portanto, na concepção de Coseriu, a norma refere-se ao como se diz e não ao como se deve dizer, contrariando o conceito da norma prescritiva. Desse modo, Coseriu desenvolveu uma teoria de norma social em oposição à tradicional norma prescritiva, propondo a tríade sistema/norma/fala entendendo-a como uma parte intermediária entre a *langue* e a *parole*. Para ele, enquanto a *langue* e a *parole* representam, respectivamente, as oposições funcionais do sistema linguístico e a realização concreta e individual das possibilidades oferecida pela língua, a norma seria justamente uma realização coletiva, que determina as realizações linguísticas numa dada comunidade. Fazendo uma consideração que para ele partia do abstrato para o concreto, Coseriu coloca a norma como parte reguladora do sistema.

Porém Lucchesi (2002, p.72) faz uma consideração importante dizendo que, mesmo Coseriu, que em sua teorização acerca das normas linguísticas propõe-se a tratá-la como aquilo que é objetivamente comprovável nas realizações linguísticas e não conforme os critérios normativos de correção da língua, tratando-a desse modo “ao como se diz” e não ao “como se deve dizer”, consegue firmar esta distinção, já que o próprio Coseriu afirma também que a norma se impõe ao falante e que é um sistema de realizações obrigadas e de imposições sócio-culturais.

### **3 Heterogeneidade lingüística e formação do português popular do Brasil**

Uma afirmação consensual entre os pesquisadores é que a realidade lingüística do português do Brasil é heterogênea, variável e bastante complexa. Esta complexidade da língua portuguesa falada no território brasileiro certamente possui uma íntima relação com a forma como o país foi colonizado e, conseqüentemente, o modo como a língua portuguesa foi implantada.

Assim, o complexo quadro da situação sociolingüística do português foi condicionado e definido, em grande parte, pela sua história social de colonização, em que se tinha a convivência de vários povos, falantes de línguas diversas, cuja comunicação era necessária e a quase completa ausência do controle normativizador da escolarização no país. A revisão desses dois fatores sociais e históricos é fundamental para o entendimento da polarização sociolingüística no Brasil tanto no que se refere à norma vernácula, falada pelas pessoas de baixa escolaridade ou completamente analfabetas, quanto no que concerne à norma culta, utilizada pelos indivíduos com alto grau de escolarização.

Mattos e Silva (2004, p.92), buscando uma interpretação para a difusão generalizada da língua portuguesa no Brasil, afirma que até meados do século XVIII, o multilingüismo generalizado caracterizou o território brasileiro. Segundo a autora, no início da colonização portuguesa no Brasil, havia mais de mil línguas indígenas, de vários troncos e famílias lingüísticas.

Conforme a autora, desde o século XVI, graças aos primeiros cronistas e historiógrafos sobre o Brasil, que começaram a chegar com o primeiro governador-geral, havia uma certa homogeneidade cultural e lingüística em alguns locais em que predominavam povos indígenas do tronco tupi. Este fato tornou possível a gramaticização por José de Anchieta da Língua mais falada na costa do Brasil, gramática que serviu de base para a catequese inicial e para a sua aprendizagem pelos primeiros colonos letrados, assim como tornou possível o conhecimento do que veio a ser chamada de língua geral.

Assim, no início da colonização, a situação lingüística possuía a seguinte configuração: além das várias línguas indígenas, havia duas línguas gerais: uma paulista,



falada no interior do Brasil, de base tupiniquim e/ou guarani, que poderá ter sido a língua de intercomunicação entre os colonizadores, colonos e índios a partir do século XVII e uma língua geral amazônica de base tupinambá que, a partir do Maranhão, começou a avançar na colonização da Amazônia, cuja modificação resultou no nheengatu falado ainda hoje na região do Rio Negro, do rio Xié, da Bacia do Içana e nas fronteiras do Brasil com a Venezuela.

Entretanto, a situação de multilinguismo não se esgota com as línguas indígenas, pelo contrário, ela viria a se enriquecer ainda mais com a chegada dos escravos africanos no Brasil, a partir de 1549. Segundo Couto (1992, p.278 *apud* Mattos e Silva 2004, p.96) já no fim do século XVI, a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitanias, ultrapassando, no conjunto, qualquer um dos outros grupos - portugueses (30%) e índios (28%), apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando seus habitantes negros, tendo, assim, o Brasil no fim do primeiro século de colonização 101.750 habitantes, sendo que destes, 42% eram africanos.

As línguas faladas por esses escravos que chegaram com o tráfico foram estimadas em cerca de 200 a 300 e foram provenientes de duas grandes áreas:

- A área oeste-africana, com maior número de línguas tipologicamente diversificadas;
- A área banto, que se difere da anterior, por apresentar línguas tipicamente homogêneas.

O quadro histórico e linguístico do início da colonização apresentado acima, demonstra a diversidade de línguas faladas pelos escravos e isso vai se complexificar ainda mais porque estes indivíduos que chegaram ao Brasil tinham que aprender a língua portuguesa para se comunicar, o que criava um verdadeiro problema, já que essa aprendizagem era feita de maneira rápida e precária, geralmente noções básicas para o cumprimento de tarefas, sem nenhum tipo de normatização escolar, já que, até metade do século XIX, a educação escolar era proibida para os africanos.

Essa falta de escolarização perdurou por muito tempo, e até hoje sabe-se que as pessoas que possuem baixa renda advindas das camadas populares da sociedade mal conseguem se alfabetizar, engrossando as estatísticas que demonstram o crescente hiato entre estes indivíduos e os níveis maiores de escolarização.



Segundo Mattos e Silva, essa situação é que caracteriza a polarização sociolinguística defendida por Lucchesi e já comentada anteriormente, em que convivem as normas populares ou vernáculas, expressas na fala destes indivíduos que pertencem às camadas mais baixas da população, e a norma culta, expressa nos usos linguísticos das pessoas que possuem alto grau de escolarização, e que, nem por isso, essas normas deixam de se influenciar mutuamente, “num entrecruzar-se de possibilidades que justifica a afirmativa da heterogeneidade social do português do Brasil”. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 99).

A forma precária como os africanos tiveram que aprender a língua portuguesa e que Lucchesi (2003) denomina Transmissão Linguística Irregular também vai se refletir nas características gerais do português do Brasil constituindo-se num elemento importante para o entendimento da situação linguística com a qual convivemos na atualidade em nossas escolas e na sociedade de um modo geral.

Essa situação de aprendizagem irregular da língua fica bastante explícita quando analisamos os dados demográficos referente ao período da colonização no território brasileiro explicitados por Mattos e Silva (2004, p.101) que apresenta duas tabelas contendo informações relevantes sobre a demografia no período colonial.

Na primeira tabela, a autora expõe alguns dados retirados do livro Os últimos anos de escravatura no Brasil de Robert Conrad que demonstra que no final do século XVI o número de escravos no Brasil era de 42%; em 1818, às vésperas da Independência, esse número aumentou para mais de 50%.

Na segunda tabela, retirada da pesquisa de Alberto Mussa, o painel da formação populacional brasileira entre 1538 e 1890 aparece assim delineado: do século XVII ao século XIX os africanos e afro-descendentes já estão num patamar de 60% da população brasileira enquanto para o grupo indígena há um violento decréscimo de 50% para 2% da população e os europeus e brancos, usuários mais prováveis do português europeizado, constituiriam 30% desta massa populacional que equivale a menos de um terço da população do Brasil.

Esses e outros dados demográficos fazem com que a autora afirme que o forte candidato para a difusão do português popular do Brasil seriam os africanos e afro-descendentes, maioria da população e com história linguística familiar de língua não-portuguesa.

Além do aspecto demográfico, Mattos e Silva (2004, p.125) ainda elenca mais três importantes fatores sócio-históricos que contribuíram significativamente para que o português falado no Brasil se difundisse por meio dos negros que são a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial, a escolarização ou sua ausência do século XVI ao XIX.

Baseando-se nos dados de Robert Conrad e de Kátia Matoso, a autora traça o percurso geográfico dos escravos e seus senhores no território brasileiro, demonstrando que desde o século XVI até o século XIX, os africanos transitaram por uma boa parte do Brasil como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, tendo estado sempre em maioria populacional durante este período colonial e pós-colonial, o que leva a crer que foram os principais difusores do português do Brasil.

Quanto ao fator escolarização, a autora informa alguns dados que demonstram que, até o final do século XVIII, o número de letrados não ultrapassaria 0.5%, avançando para o patamar de 20% a 30% entre os anos de 1890 e 1920. Entretanto, apesar do aumento considerável dos indivíduos que atingem a escolarização no Brasil, esses números ainda estão longe do ideal, uma vez que ainda existe um imenso abismo que separa a maioria da população brasileira do nível mais alto de escolaridade, o que contribui bastante para a polarização linguística do português falado no Brasil.

#### **4 Norma linguística e erro**

Quando se considera a norma linguística como o conjunto de possibilidades reais e lógicas admitidas pelo sistema, que se concretiza a partir dos usos habituais e costumeiros dos falantes de determinados grupos sociais, a concepção de erro linguístico fica profundamente abalada, pois cada grupo de falantes pode possuir uma norma que não é igual à de outro grupo, mas é corrente na sua comunidade de fala.

Assim, muitos fenômenos linguísticos variáveis seja no nível fonético-fonológico, morfossintático ou lexical que, muitas vezes, são estigmatizados pela sociedade não podem ser considerados como erros da língua, já que o seu uso se identifica com o que é norma e habitual em determinados grupos de falantes.

Visto dessa forma, o conceito de norma ganha força no interior dos estudos da linguagem, pois é preciso que esses estudos formalizem um modelo teórico que dê conta da variabilidade e heterogeneidade do fenômeno linguístico, portanto norma linguística pode ser vista na perspectiva dos estudos sociolinguísticos como variação linguística.

Sendo assim, a idéia que tem tomado conta do discurso escolar e extra-escolar que brasileiro não sabe falar português direito ou que a língua portuguesa está se deteriorando, discurso esse preconceituoso e discriminatório, já que baseia-se muito mais em princípios sociais que em fundamentação científica não tem nenhuma validade perante a ciência da linguagem, pois todos os falantes, independente de seu grau de escolarização ou do lugar do seu grupo na pirâmide social, constroem enunciados que são realizações linguísticas possíveis no sistema e, portanto, possuem uma organização estruturalmente bem elaborada, não deixando de utilizar formas linguísticas possíveis na gramática funcional do português.

Desse modo, todo falante domina pelo uma norma, aliás, várias normas e nenhum enunciado linguístico é desprovido de regras, pois mesmo aquelas realizações linguísticas dos falantes que utilizam o português popular seguem certos princípios linguísticos, pois se assim não o fosse o enunciado poderia inclusive se tornar agramatical, mas é fato comprovado que todas as normas utilizadas por um grupo de falantes, independentemente de sua valoração social, possuem regras e princípios lógicos.

Bagno( 2001, p.26) diz que quando se trata de língua só se pode qualificar de erro aquilo que compromete a comunicação entre os interlocutores, portanto desde que os enunciados produzidos pelos falantes sejam compreensíveis, essas formas linguísticas são perfeitamente aceitáveis, pois cumprem seu objetivo que é a comunicação eficiente entre os indivíduos.

Portanto, a concepção de erro em linguagem tem um caráter puramente social e não linguístico, já que esta ciência considera a língua em toda a sua variabilidade e heterogeneidade, não fazendo julgamentos equivocados que discriminam o falante por meio do uso que este faz da sua língua.

Na verdade, o que a escola, a gramática e a sociedade de uma maneira geral costuma denominar de erro linguístico são as formas da linguagem utilizadas por pessoas pouco escolarizadas ou totalmente analfabetas desprovidas de bens econômicos e sociais, visto que inúmeras pesquisas linguísticas já demonstraram que todas as normas faladas são heterogêneas, mas a norma popular, de que se vale as pessoas pertencentes aos estratos mais baixos da população brasileira sofre uma profunda estigmatização, pois como afirma Gnerre

“uma variedade lingüística vale, o que vale na sociedade os seus falantes”. Assim, é preciso desmistificar a idéia de que as formas linguísticas utilizadas pelas classes populares são erradas, feias e desprovidas de gramática, pois só ocorre erro lingüístico se houver ininteligibilidade na construção do enunciado, portanto todas as variedades linguísticas são importantes, dignas de consideração e respeito, já que todas elas são igualmente complexas, seguem regras da gramática natural do falante e fazem parte de sua identidade.

## **5 Norma lingüística e valoração social**

Ora, se a norma linguística constitui-se nos usos correntes, na linguagem comum aos diversos grupos sociais que formam uma comunidade linguística, esta norma é também um importante fator de identificação cultural, o que faz inclusive com que muitos grupos se distingam pela sua forma de utilizar a linguagem.

Não existe sociedade homogênea, portanto é de se admitir também que para essa grande variabilidade de grupos ou comunidades pertencentes a uma mesma sociedade, deva existir uma diversidade de normas linguísticas que caracterizam esses diversos grupos sociais. Assim, numa sociedade estratificada e plural, haverá também normas linguísticas variáveis e heterogêneas.

Entretanto, essas normas linguísticas sofrem uma enorme pressão social, pois assim como as pessoas são discriminadas pela cor da sua pele, pela sua preferência sexual, também são discriminadas pela variedade de língua que utilizam, já que determinados usos da linguagem refletem a classe social do falante e por isso são considerados feios, errados e anormais.

Essa escala de valores qualitativos que uma parcela da sociedade confere às normas linguísticas são baseadas não em critérios científicos ou linguísticos, mas em critérios sociais, culturais e políticos, já que do ponto de vista exclusivamente lingüístico todas as variedades através das quais o falante utiliza a língua são igualmente importantes e plenamente aceitáveis.

Nesse sentido é que tais valores vão se basear numa concepção de língua maniqueísta, obsoleta, reducionista e acientífica, em que se classificam os usos linguísticos em termos de certo ou errado, pautando-se, para isso, em um padrão lingüístico cultuado pelas camadas

mais elevadas da sociedade, que desconsideram a variação que é inerente a todas as línguas humanas e estigmatizam todos os falares que não estiverem de acordo com essa norma tida como “ideal”, principalmente as variedades linguísticas utilizadas pelos estratos mais baixos da população. Daí se dizer que os valores linguísticos são reflexos dos valores sociais.

Assim é que as sociedades de tradição ocidental oferecem um caso particular de variedade prestigiada: a variedade padrão, por ser esta “coincidente” com as variedades faladas pelas classes mais altas, sendo difundida, principalmente, pelas gramáticas normativas, tidas pelos indivíduos como as grandes detentoras do saber linguístico. Desse modo, ainda vigora na sociedade uma concepção tradicional de língua abstrata e homogênea, que busca sempre a “pureza” da língua, idealizando uma correção linguística que estaria refletida nos compêndios gramaticais e nos dicionários, desvalorizando todas as outras manifestações linguísticas que são consideradas como uma deficiência linguística, e, o que é pior, desconsiderando também as pessoas que fazem uso delas.

Ora, uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Dessa forma, nossa luta tem que ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade e da pluralidade em todas as esferas da vida social (BAGNO, 2002, p. 39).

Numa sociedade estratificada como a nossa, o padrão ideal, eleito pela própria comunidade, tende a ser o dialeto das classes de maior prestígio social e para muitos, aprender a língua significa aprender esse dialeto, desconsiderando, portanto, todas as outras formas *reais* de fala.

Desse modo, quando ouvimos comentários de que os brasileiros ou os alunos não sabem falar o português direito ou que a língua portuguesa está se deteriorando ou até mesmo empobrecendo, o que realmente ocorre é que esses indivíduos podem não ter o domínio desse padrão tido como ideal, utilizando uma variante estigmatizada que é vista como uma deturpação da primeira, usada por aqueles que “não sabem a língua”.

Dessa forma é que, afirma Cunha (1984, p. 24),

se algumas verdades que rolam há dezenas de anos pelos campos da ciência fossem incorporadas a nossas gramáticas expositivas, evitariam que continuassem a misturar, sem distinção, o geral com o particular, o presente

com o passado, o morto com o vivo e a legitimar apenas formas e construções de autores de outras épocas que não pensavam como nós e, por consequência, como nós não podiam falar nem escrever.

## **6 Considerações finais**

A constatação do fracasso que vem ocorrendo com o ensino de língua materna nas escolas brasileiras em relação a um dos seus principais objetivos que é o domínio da norma padrão desencadeou inúmeros trabalhos voltados para esse problema com o objetivo de melhorar o “caos” em que se encontra o ensino da língua portuguesa.

Assim, esse ensino vem sendo, há algumas décadas, objeto de discussões, questionamentos e, principalmente, alvo de muitas críticas por parte dos estudiosos da linguística que não vêem com bons olhos a forma como vem sendo ministrada as aulas de língua portuguesa nas escolas de ensino fundamental e médio espalhadas por todo território nacional.

Grande parte dos pesquisadores brasileiros que trabalham com o ramo da linguística relacionado à educação dos alunos provenientes de classes populares tem defendido que, muitas vezes, estes alunos não conseguem alcançar níveis mais altos de escolarização devido à forma como a norma padrão é apresentada a estes indivíduos e como a escola trabalha com as questões sobre a linguagem.

A principal crítica feita pelos linguistas ao ensino de língua portuguesa é com relação à sua prática extremamente tradicional e normativa no trabalho com a linguagem, cuja visão de língua é aquela explicitada nos compêndios gramaticais que visa à transmissão de regras e conceitos metalinguísticos totalmente desvinculados da realidade multiforme da língua. Nesse sentido, o ensino de língua vem sendo praticado nas escolas como sinônimo de ensino de gramática normativa.

Nas últimas décadas, os pesquisadores tem insistido na idéia de que as instituições escolares precisam levar em consideração o caráter variável e heterogêneo da língua, identificando o mito da homogeneidade linguística como um dos grandes entraves educacionais, principalmente para os alunos oriundos das camadas mais baixas da população, que ao chegar á escola, sentem-se num mundo distante e irreal, em que sequer entendem a

própria linguagem utilizada naquele espaço, o que gera um grande desestímulo e uma sensação de impotência diante desse hiato entre sua cultura e a cultura da escola.

Não pretendemos aqui, em tão curto espaço, discorrer sobre tudo o que se escreveu a respeito do assunto, pois ultimamente tem sido difundida uma vasta bibliografia acerca do tema em destaque, portanto apenas buscar-se-á refletir sobre algumas produções importantes que tem dado grandes contribuições para uma mudança de paradigma no ensino de língua materna. Certamente o assunto do ensino da norma padrão não será esgotado neste trabalho, anima-nos tão somente a possibilidade de uma modesta contribuição para subsidiar a questão do ensino, com vistas a um domínio mais amplo da língua materna.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.27-35.
- COSERIU, Eugênio. Sistema, norma e fala. In: *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. São Paulo: Presença, Edusp, 1979.
- CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.37-60.
- GNERRE, Maurízzio. *Linguagem, escrita e poder*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.63-90.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- RODRIGUES, Aryon. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002, p.11-23.



